



As modalidades epistêmica e deôntica expressas pelos verbos *poder* e *dever* em texto religioso

Jakeline A. Semechechem¹ (PG/UEM)

380

Resumo

Neste artigo apresentamos um estudo, o qual, considerando as perspectivas funcionalistas, objetivou evidenciar as modalidades epistêmica e deôntica expressas pelos verbos auxiliares modais *poder* e *dever* em texto religioso e suas funções modais, especificamente, em uma revista da Igreja Católica-Ucraniana. Para isso foram adotados os pressupostos teóricos sobre modalidade de Neves (2000, 2002, 2006) e de Ilari e Basso (2008), com ênfase nas modalidades epistêmica e deôntica, assim como nas discussões acerca das funções e da polissemia dos verbos modais *poder* e *dever*. Em termos de resultados, a análise mostrou que a modalidade epistêmica se aproxima em termos de ocorrência da modalidade deôntica no que tange verbo *poder*. Já as ocorrências das modalidades epistêmica e deôntica se distanciam em termos de ocorrência quando expressas pelo verbo *dever*, sendo maior o percentual em relação a significação e função de obrigação, o que aponta para uma intenção comunicativa e argumentativa do texto religioso no sentido de mostrar e reforçar os princípios e modos de conduta dessa religião.

Palavras-chave: Modalidade. Modalidade epistêmica. Modalidade deôntica. Verbos auxiliares modais. Funções.

Considerações iniciais

Os estudos sobre modalidade são diversos, pois são várias as conceituações dessa categoria, os campos de estudo, as orientações teóricas e os tipos de modalidades, sendo que ora se privilegiam um, ora outro tipo de modalidade (NEVES, 2006).

Neste estudo, adotando-se a perspectiva do funcionalismo, na qual a língua é instrumento de comunicação e por isso não deve ser analisada de modo autônomo (MARTELOTTA; AREAS, 2003), mas levando em conta o contexto discursivo (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZARIO, 2003), com fundamentação nos pressupostos de Ilari e Basso (2008) e Neves (2000, 2002, 2006) sobre modalidade, como

¹ Doutoranda em Letras, Estudos Linguísticos no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, Paraná, Brasil. E-mail: jasemechechem@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8779554053288728>.



uma categoria linguística que expressa a posição do falante, suas crenças e atitudes morais etc. em relação a uma proposição, temos como foco analítico as modalidades epistêmica e deôntica expressas pelos verbos auxiliares modais² *poder* e *dever*.

Nesse sentido, considerando que modalidade epistêmica é relacionada ao campo do conhecimento e é referente à crença do falante em relação à sentença, sendo responsável por expressar possibilidade e que a modalidade deôntica está relacionada ao campo da conduta e expressa permissão e obrigação (ILARI; BASSO, 2008; NEVES, 2002, 2006), buscamos evidenciar em texto religioso os verbos modais *poder* e *dever*, destacando suas funções modais, considerando a polissemia e ambigüidade desses verbos (NEVES, 2000, 2006; ILARI; BASSO, 2008).

Adotamos como *corpus* para análise das ocorrências das modalidades expressas por tais verbos modais e suas funções semântico-pragmáticas 4 números de uma revista religiosa, *Missionar*, divulgada pela Igreja Católica-Ucraniana de um município do interior do Paraná³. Além de verificar a ocorrência das modalidades e funções expressas por tais modalidades por meio dos verbos modais, pretendemos enfatizar também os possíveis efeitos de sentido produzidos pelo uso desses verbos modais, uma vez que as modalidades, conforme Coracini (1991, p. 120), “constituem verdadeiras estratégias retórico-argumentativas, na medida em que pressupõem uma intencionalidade discursiva”.

A opção por analisar a ocorrência dos verbos modais auxiliares *poder* e *dever* nesses números da Revista *Missionar* se deu pelo fato de que esses números fazem parte de um *corpus* maior, gerado para uma pesquisa de mestrado (SEMECHECHEM, 2010), na qual evidenciou-se que os preceitos da Igreja Católica-Ucraniana do município tinham bastante reflexo nos discursos das pessoas da comunidade. Ainda a opção pela Revista *Missionar* se deu pelo fato de ela circular mensalmente para todos os membros da Igreja Católica-

² Reconhecemos que há outros verbos modais como *ter que*, mas, para fins analíticos, trabalharemos com os verbos *poder* e *dever*.

³ A Revista *Missionar* é um periódico religioso da Igreja Católica-Ucraniana, publicado pelos Padres da Ordem de São Basílio Magno, no Município de Prudentópolis, Paraná, e distribuído também para igrejas Católicas-Ucranianas que fazem parte da Eparquia de Curitiba, PR. A revista é escrita parte em língua ucraniana e parte em língua portuguesa.



Ucraniana e servir como base para discussões em encontros religiosos, por exemplo, para o Grupo do Apostolado da Oração e o Grupo de Jovens. Era, assim, um texto de ampla divulgação para os membros dessa comunidade.

Desse modo, no intuito de dar conta do objetivo proposto, o artigo está organizado do seguinte modo: primeiramente são apresentadas discussões acerca do conceito de modalidade e de seus tipos, com ênfase na modalidade epistêmica e deôntica; na sequência são enfocados os meios de expressões das modalidades, com destaque para os verbos modais; posteriormente são apresentados os procedimentos analíticos e a discussão das ocorrências dos verbos auxiliares modais no *corpus*.

1. Modalidade: perspectivas gerais

Nos estudos linguísticos de modalidade, uma das discussões iniciais é sobre a existência ou não de enunciados não modalizados (NEVES, 2006). De acordo com Neves (2006), no ponto de vista comunicativo-pragmático “a modalidade pode ser considerada uma categoria automática, já que não se concebe que o falante deixa de marcar de algum modo seu enunciado em termos de verdade do fato expresso, bem como que deixe nele certo grau de certeza sobre essa marca”. (p. 152). Assim, todo enunciado seria marcado pelo falante e modalizado. Ainda, a autora ressalta que se a modalidade é um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é pertinente propor que não existam enunciados não modalizados.

No entanto, para Neves (2006) a tradição linguística não tem tratado a modalização dos enunciados nessa perspectiva. Ducrot (1993, apud NEVES, 2006) defende que o conceito de modalidade, como todo conceito, é opositivo, ou seja, se há modal, há também não modal. Para Ducrot (1993) “o aspecto não-modal dos enunciados viria da descrição das coisas, das informações a propósito delas, da informação objetiva, e os aspectos modais seriam os relativos às tomadas de posição, às atitudes morais, intelectuais e afetivas expressas ao longo do discurso”. (p. 153)



Nessa perspectiva há enunciados não modalizados, os quais dizem respeito à descrição das informações de modo objetivo, já os enunciados modalizados são aqueles que expressam a posição do falante, suas crenças e atitudes morais etc. É essa posição que adotamos neste estudo, embora, conforme discussões de Neves, alguns teóricos discutam que não existe modalidade neutra (LANG, 1988) e que as proposições são sempre modais (BURTON-ROBERTS, 1984, apud NEVES, 2006).

De acordo com Neves (2006), propõe-se que na noção de modalidade, é possível separar, ao menos teoricamente, o objetivo do subjetivo, havendo, assim, uma parte da significação que seja a descrição da realidade, portanto, não modalizada.

Para Ilari e Basso (2008), ao modalizar, o falante considera um determinado estado de coisas, geralmente real⁴, à luz de alternativas que têm seus limites fixados a partir de um campo de conhecimentos, valores ou obrigações que se consideram estabelecidos e compartilhados entre o falante e o seu interlocutor em um determinado momento. Por isso, modalizar “é uma forma de evocar e reafirmar esses limites, e isso explica, ao menos em parte, a forte repercussão que a modalização tem nas relações interpessoais” (ILARI; BASSO, 2008, p. 320). Daí, o enfoque que damos neste estudo também para os possíveis efeitos de sentido que os verbos auxiliares modais do texto religioso podem gerar.

Tecidas as considerações gerais sobre a modalidade, passamos a discutir os tipos de modalidades. Primeiramente daremos ênfase para as modalidades alética (ou factual), epistêmica e deontica, para daí mencionarmos outros tipos de modalidades.

Neves (2006) destaca que as primeiras modalidades, as aléticas ou aristotélicas, foram determinadas no quadro lógico apresentado por Aristóteles. Para Parret (1998, apud NEVES, 2006, p. 154) “a modalidade alética se refere às noções de verdade e ou falsidade das proposições, podendo os enunciados de uma ciência ser necessariamente ou possivelmente verdadeiros. Assim, a noção de verdade deixa de ser absoluta para ser necessária ou possível.” Em suma, a modalidade alética trata das possibilidades e necessidade lógicas (ILARI; BASSO, 2008).

⁴ É importante ressaltar que, conforme Ilari e Basso (2008), “nossos enunciados não se interpretam apenas por referência ao mundo real, e sim por referência a outros mundos possíveis”. (p.315).



Após o estabelecimento das modalidades aléticas, os lógicos definiram outros eixos conceituais, o do conhecimento e o da conduta, definindo, assim, as modalidades epistêmica e deontica. (PARRET 1988 apud NEVES, 2006).

Segundo Givón (1984, apud NEVES, 2006), nas línguas naturais, o simples envolvimento de um falante e um ouvinte, em uma mesma situação de comunicação, implica a existência de um contrato epistêmico. Desse modo, as modalidades sentenciais em termos de conhecimento são redefinidas como base no: “a) conhecimento asseverado como real (que inclui a verdade factual); b) conhecimento não-contestado (que inclui a verdade necessária); c) conhecimento asseverado como irreal (que inclui a verdade possível ou condicional)” (GIVÓN, 1984, apud NEVES, 2006, p. 157-158).

De acordo com Neves (2006), a “necessidade e a “possibilidade” são as noções que se colocam tradicionalmente na base de subtipologização das modalidades e, mesmo que representem categorias distintas, essas noções não são independentes e resultam em subcategorias modais (alética, epistêmica, deontica, bulomaica, disposicional).

No entanto, ainda conforme Neves (2006), em situações naturais de uso da língua é muito improvável que um conteúdo asseverado em um ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e julgamento do falante. Por isso, a modalização alética não constitui matéria privilegiada de investigação quando se trata de ocorrências reais de uma língua, diferentemente da modalização deontica e da epistêmica.

Irali e Basso (1998) destacam que nos inquéritos do NURC⁵, as modalidades de usos mais frequentes são as epistêmicas e as deonticas. Mas eles destacam que nos inquéritos do NURC, assim como em qualquer tipo de textos, é possível encontrar modalidade alética. No entanto, nesses exemplos de modalidades aléticas, a verdade ou a falsidade das proposições não é avaliada em termos absolutos, mas no âmbito de um contexto previamente conhecido dos interlocutores. Isso, segundo os autores, marca uma diferença significativa em relação à abordagem da Lógica e já levou muitos autores a

⁵ Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro.



abandonar o termo alética e optar por outras denominações, por exemplo, “modalidade factual”.

Neves (2006) salienta que as modalidades epistêmica e deôntica são as mais básicas, mas outras modalidades que têm sido estudadas, por exemplo: bulomaicas, que se referem a desejo; temporais, que se referem ao tempo; avaliativas, que se referem a julgamentos; causais, que se referem a causas; e probabilísticas, que se referem a probabilidades (PERKINS, 1983 apud NEVES, 2006).

Ainda conforme Neves (1996 apud NEVES, 2006), as modalidades podem ser expressas por diferentes meios linguísticos, por exemplo: por um verbo, podendo ser esse verbo auxiliar modal ou verbo de significação plena, indicador de opinião, crença ou saber; por um advérbio, que ainda pode associar-se um verbo modal; por um adjetivo em posição predicativa; por um substantivo; pelas próprias categorias gramaticais (tempo, aspecto, modo) do verbo da predicação. Neste estudo, enfocamos as modalidades epistêmica e deôntica expressas pelos verbos auxiliares modais *poder* e *dever*. Passamos, a seguir, a discutir sobre as modalidades epistêmica e deôntica que fazem parte deste estudo.

2. As modalidades epistêmica e deôntica

A modalidade epistêmica do campo do conhecimento está relacionada com a necessidade e a possibilidade epistêmicas, as quais são expressas por proposições contingentes, isto é, que dependem de como o mundo é (NEVES, 2006).

Neves (2006) ressalta que o conhecimento do falante sobre o mundo é representável como um conjunto de proposições “uma proposição **p** é epistemicamente necessária se **p** for acarretada por aquilo que o falante sabe sobre o mundo, e uma proposição **p** é epistemicamente possível se **p** for compatível com aquilo que o falante sabe sobre o mundo” (NEVES, 2006, p. 160).

Em termos de exemplo de modalidade epistêmica, citamos, no que tange à possibilidade epistêmica, o exemplo a seguir: “Lá fora, o sol **pode** estar dourando tudo”



(NEVES, 2006, p. 160); e o a seguir, em relação à necessidade epistêmica: “– Esta moça está lá dentro? – **Deve** estar. Quer que mande chamá-la?” (Ibidem).

Nesse sentido, a modalidade epistêmica constitui a qualificação do falante sobre certo estado de coisas em termos de chances de ele ocorrer em algum mundo possível (NUYTS, 1993 apud NEVES, 2006). Ou seja, “a qualificação do falante sobre a probabilidade do conteúdo de uma proposição ser ou poder tornar-se verdadeiro, ser, ou poder ser validado”. (SILVA-CORVALÁN, 1995 apud NEVES, 2006, p. 163). Portanto, os graus básicos de modalidade epistêmica são parafrazeados como “necessário” e “possível” (KLINGE, 1996 apud NEVES, 2006).

No eixo epistêmico, o julgamento do falante se situa em um ponto de um *continuum* que, “a partir de um limite preciso, onde está o (absolutamente) *certo*, se estende pelos limites e indefinidos graus do *possível*”. (NEVES, 2002, p. 187). Assim, o conhecimento do falante e seu julgamento variam desde uma proposição que é absolutamente certa até uma que seria quase impossível, sendo que existem várias expressões que possibilitam caracterizar os graus do possível no eixo do conhecimento, tais como: *absolutamente possível, indiscutivelmente possível, bem possível, seria possível, pouco possível, muito pouco possível, quase impossível, seria quase impossível* (NEVES, 2006).

Para Ilari e Basso (2008), “o critério que permite reconhecer a modalização epistêmica é o fato de que ela qualifica os enunciados atribuindo-lhes um caráter de crença ou certeza”. (p. 325), o que, de certo modo, afeta também o grau de comprometimento com que uma proposição é apresentada. Dessa maneira, quando um enunciado é modalizado seja no grau do mais possível ou menos possível, a proposição da asseveração assume sentidos diferenciados do que uma simples proposição que descreve o estado de coisas.

Já a modalidade deôntica está relacionada com obrigações e permissões (NEVES, 2006; ILARI; BASSO, 2008). De acordo com Neves (2006), uma proposição **p** é obrigatória se não é permitida que **p**, e é permitida se não é obrigatório que **p**. A autora destaca que os graus básicos dessa modalidade são parafrazeados como “obrigatório” e



“permitido” (Ibid.) em um “*continuum* que vai do absolutamente *obrigatório* ao *permitido*” (NEVES, 2002, p. 196).

Exemplos nesse sentido podem ser os citados por Neves (2006 p. 162), o de obrigatoriedade: “Assim é que você **deve** fazer”, e o em relação ao permitido: “Bem, você **pode** usar minha sala”.

Ainda, termos de exemplo em relação à modalidade deôntica, conforme Neves (2006, p. 160), destacamos os exemplos a seguir: “Primeiro eu vou mostrar ao senhor a baixada. Lá eu posso arranjar um animal para o Ricardo, com Benedito da Olaria. Almoçamos aqui. Depois do Almoço, **pode** ir com a gente”, que indica possibilidade deôntica e corresponde ao que é permitido e “Ângela, é preciso tomar cuidado e não exagerar: você não **deve** estragar Mário”, no que tange à necessidade deôntica.

Ilari e Basso (2008) destacam que “a marca registrada da modalização deôntica, em qualquer circunstância, é a presença da ideia de obrigatoriedade ou permissão, que por sua vez pressupõe um conjunto de princípios de conduta e, eventualmente, uma autoridade externa ao falante que os representa/impõe”. (p. 323). Os autores mostram um exemplo, no qual a autoridade evocada são os diretores e responsáveis de um colégio: [...] dos mais tradicionais, de meninos, o Santo Ignácio e, de meninas, o Jacobina, com aquela separação que nem os horários podiam coincidir, para menina do Jacobina jamais encontrar menino do Santo Inácio [...]. (p. 324).

Quanto à obrigação, essa é classificada por Almeida (1988 apud ALVES, 2010) em dois tipos: a obrigação moral, interna, ditada pela consciência. Desse modo, cumpre-se determinada obrigação por ser ditada pela consciência e pelos princípios morais. Já a obrigação material externa é ditada por imposição de circunstâncias externas (ALVES, 2010).

Neves (2006) salienta que a obrigação pode expressar-se com o auxílio de diferentes verbos modais e que, na obrigação interna, o componente de modalização tem como base uma necessidade alética, porém o predicado envolve o traço [+controle], possibilitando que se opere a modalidade deôntica: “Você **tem que ter** cuidado ou cai do burro” (p. 174). No



que tange à obrigação externa, destacamos o seguinte exemplo: “Aqueles que recebem ajuda da associação **têm por obrigação** plantar uma árvore” (NEVES, 2006, p. 174).

Ainda em relação à modalidade deôntica, Neves (2006) enfatiza que a modalização deôntica tem propensão para mais de uma marca modal; a exemplo, a autora cita enunciados em que há um verbo modal e um advérbio modalizador.

Apresentadas as discussões acerca das modalidades epistêmica e deôntica relevantes para este estudo, passamos, a seguir, a abordar os verbos auxiliares modais *poder* e *dever*.

3. Verbos modais *poder* e *dever*

Conforme destacado na seção 1, as modalidades podem ser expressas por diferentes meios linguísticos, e os verbos auxiliares modais são um desses meios ou operadores que exprimem modalidade (NEVES, 2006; ILARI; BASSO, 2008).

Os verbos modais são tradicionalmente tratados nos estudos de modalização em relação à sua polissemia nas diversas línguas (NEVES, 2006). Ilari e Basso (2008) destacam que os verbos *poder* e *dever* são os que geram mais ambiguidade, justamente pela polivalência e podem exprimir tanto a modalidade epistêmica como a deôntica.

Koch (1987) destacou que, tanto no âmbito semântico quanto no de força ilocucionária, o verbo *poder* é um dos que apresenta maior número de significados em língua portuguesa. No âmbito semântico podem ser atribuídos a esse verbo os seguintes sentidos: permissão, possibilidade, capacidade, entre outros. Quanto à força ilocucionária, é possível identificar os seguintes significados: oferecimento, ordem, comando, pergunta, solicitação, entre outros, e, ainda, diferentes graus de polidez.

O verbo *dever*, segundo Cervoni (1984), pode exprimir: 1) obrigação interna (Ex: Devo aceitar o desafio); 2) obrigação externa, imposta (Ex: Pedro deve trabalhar). Isso quando lhe dão uma ordem; 3) a probabilidade (Ex. ele deve ter chegado).



Para compreender os significados expressos pelos verbos modais *poder* e *dever* e as modalidades que são expressas por eles, apresentamos, a seguir, a abordagem de Neves em relação à polissemia dos verbos modais.

Neves (2000, 2006) destaca que os significados básicos que podem ser atribuídos às modalizações são basicamente três, dois de raiz ou pessoal e um impessoal. No caso dos verbos *poder* e *dever*, o significado de raiz apresenta dois sentidos, enquanto que o epistêmico ou impessoal, um sentido, conforme mostra o esquema no quadro a seguir, proposto por Neves (2000, p. 118, 2006, p. 177).

Poder	[significado de raiz, ou pessoal	[capacidade ou habilidade
		significado epistêmico, ou impessoal]	permissão
Dever	[significado de raiz, ou pessoal	[simples possibilidade
		significado epistêmico, ou impessoal]	obrigação
				ordem
				simples necessidade

Como exposto, tanto o verbo *poder* quanto o *dever* tem diferentes funções. Assim, o verbo *poder* pode ser epistêmico no que tange a simples possibilidade e deôntico quando exprime capacidade ou habilidade e permissão. Já o verbo *dever* exprime a modalidade epistêmica quando corresponde à simples necessidade ou probabilidade e exprime a modalidade deôntica no caso de obrigação e ordem ou necessidade deôntica, no sentido de obrigação interna.

As funções desses verbos nos enunciados podem ser interpretadas ao se considerar além do contexto do enunciado, uma vez que, conforme enfatiza Neves (2006, p. 175):

Mais do que a determinação de significados individuais de verbos modais, na verdade, cabe às investigações explicitar todo o complexo que envolve a modalização dos enunciados efetuada por verbos, complexo

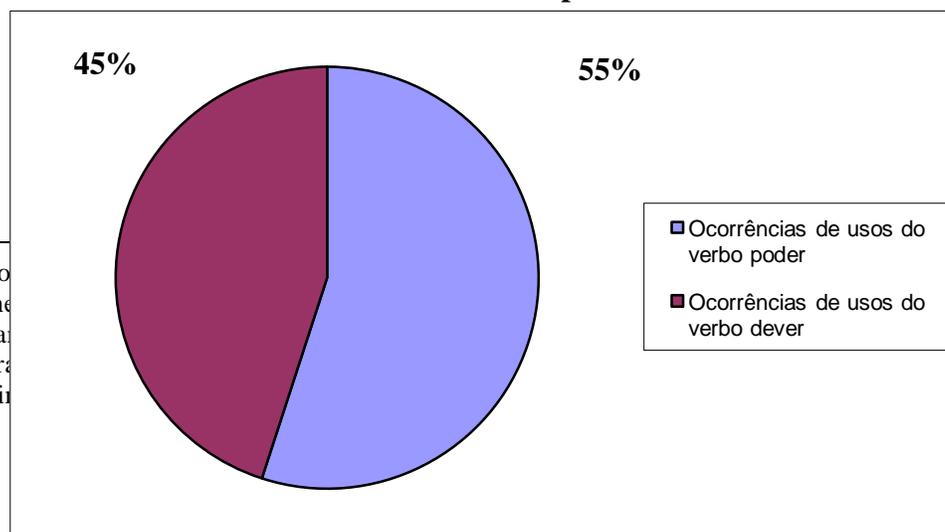
que engloba a sintaticização da sentença, a ambiência do contexto extra-sentencial⁶ e o impacto do contexto de elocução.

Nesse sentido a investigação modal precisa ir mais além do contexto sintático da sentença e resolver-se em uma completa incursão em cada enunciado específico, em cada enunciação específica. (NEVES, 2000). Pois assim dará conta de compreender os valores polissêmicos dos verbos modais e a função desses verbos nos enunciados. Neste artigo, pretendemos, evidenciar também quais são as funções desses verbos nos enunciados modalizados e as modalidades que exprimem, epistêmica ou deôntica.

4. Procedimentos analíticos e discussão de dados

Para evidenciar as modalidades epistêmicas e deônticas expressas pelos verbos modais *poder* e *dever*, bem como suas funções de capacidade ou habilidade, permissão e possibilidade ou de obrigação e probabilidade na Revista *Missionar* da Igreja Católica-Ucraniana, primeiramente selecionamos 4 números da revista, os quais fazem parte de um *corpus* mais amplo de pesquisa (SEMECHECHEM, 2010). Cada número analisado da Revista é composto por 24 laudas, sendo 50% escritas em língua ucraniana e 50% escrita em língua portuguesa⁷. Foram encontradas 22 ocorrências do verbo *poder* e 18 ocorrências do verbo *dever*, conforme representada no gráfico 1.

Gráfico 1. Ocorrências de usos do verbo poder e do verbo dever



⁶ De acordo com o texto, não foram fornecidas informações sobre a metodologia de seleção dos textos.

⁷ Separadamente, considerando o falecimento de alguns autores.

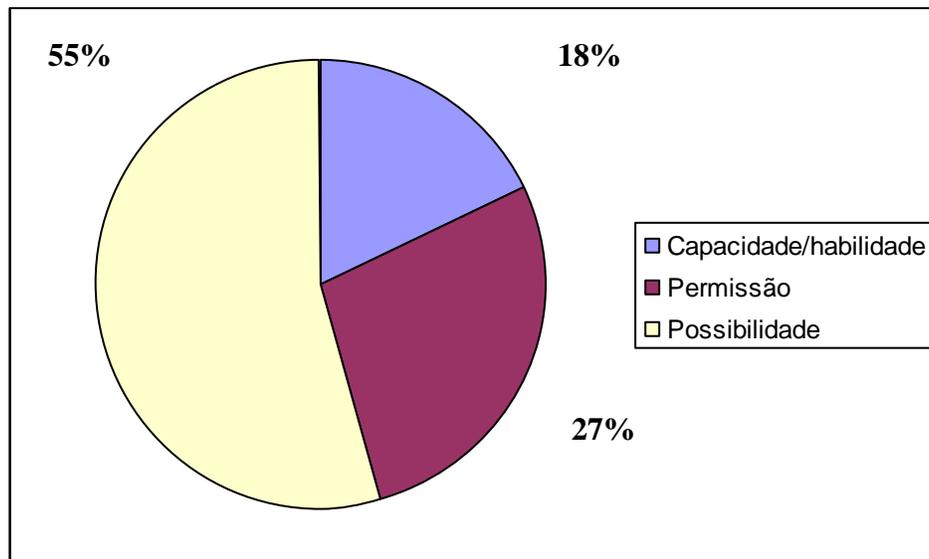
etização, mas partes não mês e notas



Em relação a análise do verbo *poder* nos enunciados, esse exprime possibilidade em 12 ocorrências, caracterizando assim a modalidade epistêmica, por outro lado exprime capacidade/habilidade⁸ em 4 ocorrências, permissão em 6 ocorrências, exprimindo assim 10 ocorrências da modalidade deôntica. Cabe ressaltar que considerando a polissemia desse verbo, houve enunciados em que a dupla interpretação era possível, por exemplo, possibilidade ou permissão (modalidade epistêmica e deôntica) ou capacidade ou possibilidade (modalidade deôntica ou epistêmica), no entanto, levando em conta o contexto intra, extrassentencial e a enunciação, chegamos a uma interpretação monossêmica na ocorrência do verbo nos enunciados, o que será exemplificado posteriormente na análise. Esses significados são ilustrados em termos de percentuais, no gráfico 2., a seguir.

Gráfico 2. Significados e funções das ocorrências do verbo poder nos enunciados

⁸ Algumas abordagens nos estudos da categoria modalidade classificam habilidade e capacidade como um outro tipo de modalidade, além da epistêmica e deôntica e outras consideram habilidade e capacidade como subcategoria da modalidade deôntica. Neste estudo, optamos por seguir essa última.



Na demonstração do percentual, os significados e funções do verbo *poder* (55%) exprimem possibilidade, no qual as ocorrências tendem mais para o possível do que para não possível, seguido de 27% em relação a permissão, que vai do permitido ao não permitido e de 18% em relação a capacidade/habilidade. A seguir, apresentamos exemplos das análises dos enunciados, primeiramente em relação à indicação de possibilidade.

- (1) O pecado é a maior ruína que **pode** acontecer a um ser humano; é a interrupção da união do homem com o seu criador.
- (2) S. Paulo diz que a existência do cristão na terra é morte cotidiana ao velho homem, para que se **possa** desenvolver nele a nova criatura, iniciada no Batismo e alimentada pela Eucaristia.
- (3) A paróquia [...] é o lugar onde todos os fiéis **podem** ser congregados pela celebração dominical da Eucaristia.

Em (1) o verbo *pode* significa possibilidade, uma vez que indica que o pecado é a maior ruína possível de acontecer para o ser humano. Essa interpretação não gera dúvidas quanto à interpretação, deixando claro que o pecado é algo possível. Em (2), *possa* indica possibilidade, pois com a morte do velho homem é possível desenvolver uma nova criatura.



Já em (3) exemplificamos uma ocorrência que pode levar a dupla interpretação, pois *podem* nesse enunciado pode significar possibilidade ou também permitido em uma análise intrassentencial, uma vez que se consideramos que “A paróquia é o lugar [...] onde todos os fiéis podem ser congregados”, no sentido que é o lugar onde é permitido que todos os fiéis sejam congregados, estamos definindo como modalidade deôntica, mas se considerarmos pela lógica e pelo conhecimento extrassentencial que óbvio que na paróquia todos os fiéis podem ser congregados, não sendo tão necessária a modalização, ficamos com uma interpretação epistêmica de possibilidade, no sentido de que todos os fiéis que quiserem são congregados na paróquia, ou seja, para os fiéis é uma possibilidade.

Quanto aos usos 27% por cento de usos de *pode* como permissão, mostramos o seguinte exemplo de ocorrência e análise.

- (4) Não se **pode** pensar em apenas ser servo que trabalha um pouco para Deus mais por medo do que por amor, mede de vez em quando a fidelidade com certos atos sem valor, profere algumas orações, de vez em quando lembra do Senhor [...].

Nesse enunciado temos a ocorrência da modalidade deôntica no eixo da permissão e em um contínuo no sentido do não permitido, pois a negação *não se pode*, significa que não é permitido pensar em servo que trabalha pouco para Deus e mais por medo e com poucas orações, pois pelo conhecimento dos princípios religiosos católicos, sabemos que isso não é permitido, pois vai contra os preceitos propagados em relação ao que é ser seguidor de Deus e seu servo.

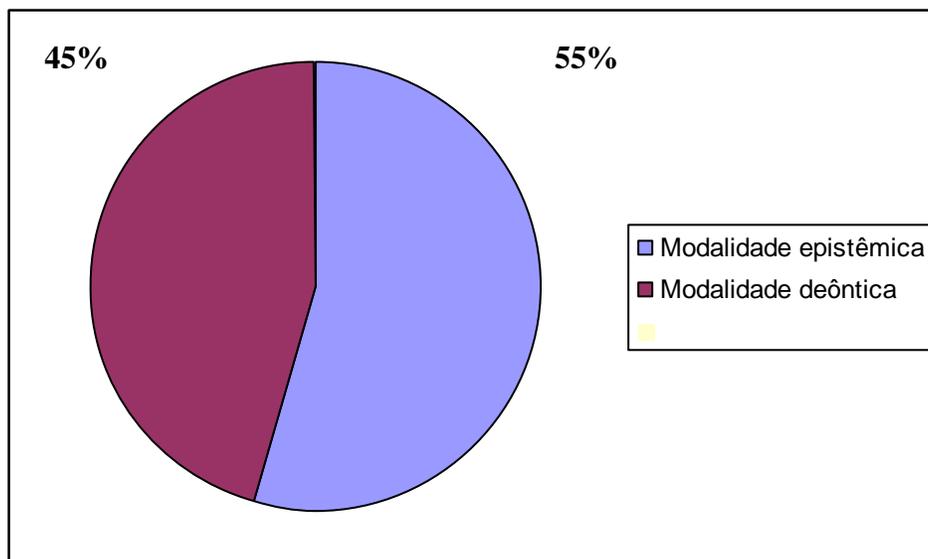
Quanto à função de significar capacidade/habilidade de 18%, entendida aqui como subespecificação da modalidade deôntica, conforme já exposto em nota, exemplificamos com a ocorrência a seguir.

- (5) Então Maria continua formando os discípulos e missionários para que eles **possam** responder com fé, dedicação, perseverança e compromisso permanente o grande chamado que seu Filho Jesus Cristo faz a todas as pessoas.

Em (5), *possam* possibilita pelo contexto intrassentencial que sua interpretação seja de capacidade/habilidade, pois Maria continua formando indivíduos para que eles possam ou sejam capazes de responder com fé etc o chamado de Cristo.

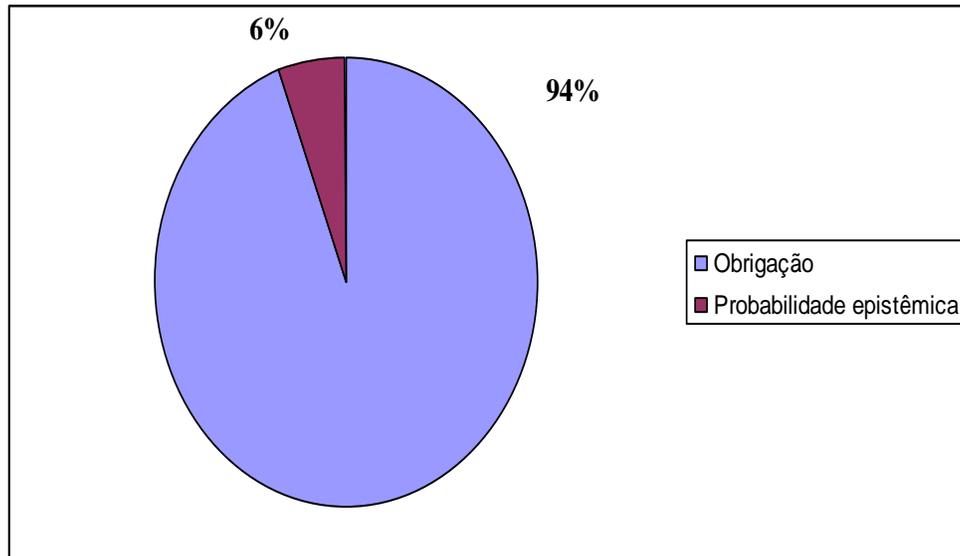
Apresentadas as significações e funções do verbo *poder* nos enunciados, no gráfico 3., a seguir, mostramos a categorização das ocorrências das modalidades epistêmica e deôntica expressas pelo verbo.

Gráfico 3. As modalidades epistêmica e deôntica expressas pelo verbo poder



Verificamos que o verbo *poder* expressou nos enunciados mais ocorrências de modalidade epistêmica (55%) em relação à (45%) de modalidade deôntica, o que não caracteriza uma diferença muito significativa em termos de quantificação das ocorrências.

Na sequência, passamos a discutir as significações e funções das ocorrências do verbo *dever* nos enunciados. Em uma análise que também considerou a interpretação intra e extrassentencial bem com a enunciação como um todo, também optamos por uma interpretação para os casos que o verbo possibilitava dupla interpretação. Nessa análise, interpretamos que das 18 ocorrências do verbo *dever*, 17 exprimem obrigação e 1 exprime probabilidade epistêmica, conforme ilustra o gráfico 4, a seguir.

Gráfico 4. Os significados e funções expressos pelo verbo dever

Observamos, assim, a predominância da obrigação expressa nos enunciados pelo verbo *dever*, em detrimento da ocorrência mínima do uso no sentido de probabilidade epistêmica, o qual é mostrado a seguir.

(6) O papel privilegiado dos leigos: pela especial penetração que a Missão Continental **deve** ter nos diversos setores da vida social, o protagonismo dos leigos é fundamental, pois sua missão peculiar e específica se realiza no meio do mundo.

Em (6) o verbo *deve* pode ser interpretado no sentido de que os leigos têm papel privilegiado pela probabilidade (expressa pelo verbo *deve*) da Missão Continental nos diversos setores da vida social.

Quanto às ocorrências de obrigação expressas nos enunciados também foi possível interpretá-las em relação ao caráter moral, interno e material, externo. Os exemplos a seguir apresentam a ocorrência da obrigação nos enunciados e também ilustram seus tipos.



(7) [...] graças a Deus, não sofremos fome, a nossa terra produz alimentos suficientes para a sobrevivência e para uma existência e sustentação da família sem experimentar o drama da fome, pelo que **devemos** agradecer ao Senhor e em casos de necessidade saber repartir os bens que possuímos [...].

(8) O Bispo é o primeiro responsável na Igreja particular e **deve** convocar todas as forças vivas da comunidade. Isso supõe que esta firme decisão missionária **deve** impregnar todas as estruturas eclesiais, os planos pastorais, paróquias, comunidades religiosas, movimentos e qualquer instituição na Igreja.

Nesse caso, em (7) o verbo *dever*, *devemos* expressa a significação de obrigação e ainda de uma obrigação material e externa, ou seja, se não sofremos pela fome, se temos alimentos suficientes temos a “obrigação” de agradecer ao Senhor (Deus), pois graças a ele não passamos essas privações circunstanciais pela falta de alimento.

Em (8), *deve* expressa também uma obrigação externa, já que o Bispo é o primeiro responsável na Igreja e tem a obrigação de convocar todas as forças vivas da comunidade que seriam as estruturas eclesiais, os planos pastorais etc., ou seja, é uma obrigação resultante dele “indivíduo” ser bispo. Do mesmo, a segunda ocorrência no enunciado, mostra que pelo fato de a decisão missionária (de ser bispo) tem a obrigação de convocar todas as estruturas eclesiais.

A obrigação interna, de caráter moral também é recorrente nas ocorrências de modalidade deôntica expressas pelo verbo *dever*, conforme ilustram os exemplos a seguir.

(9) Tendo em mente esta grandiosa e gratificante verdade que todos nós batizados somos filhos de Deus, de uma maneira especial nós, os membros do Apostolado da Oração, **devemos** levar esta verdade a sério e como filhos e filhas de Deus, estar na vanguarda dos que acreditam e levam esta verdade a sério unindo suas vidas, seus sofrimentos, suas vivências, alegrias e tristezas com Cristo, que ofereceu-se como sacrifício para garantir a nós a filiação divina.

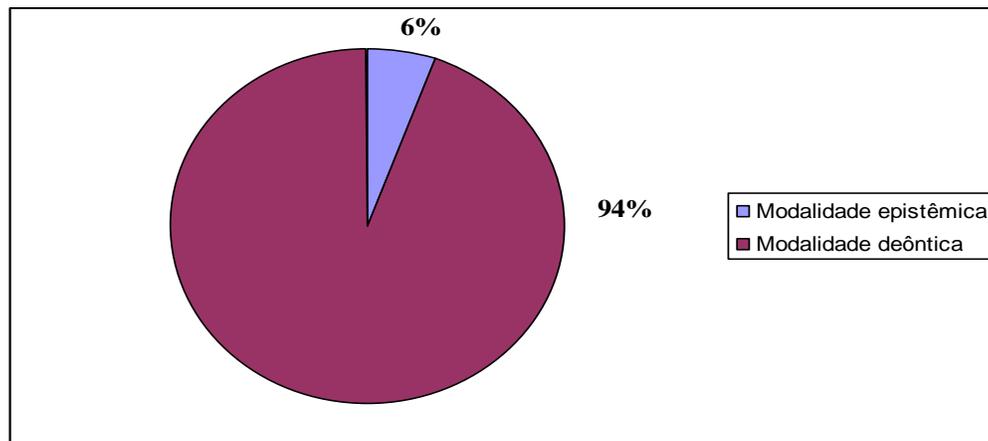
(10) A Congregação Mariana, imitando a atitude de Maria, tem por objetivo conscientizar seus membros que todo o cristão **deve** ser semelhante a Maria que soube unir sua vida a Deus. Assim, o cristianismo deixa de ser apenas um punhado de obrigações e uma pincelada de devoção e sim uma vida semelhante a e São Paulo que confessou estar tão unido a Cristo que para ele viver é a mesma coisa que Cristo.



Em (9) o uso do verbo *deve* expressa uma obrigação moral interna de que todos os batizados que são filhos de Deus, em particular os membros do grupo do Apostolado da Oração têm a obrigação de levar o fato de filiação divina a sério e, além disso, têm a obrigação de “vanguardar” aqueles que também levam a sério essa filiação. Assim, a obrigação desses membros está relacionada à consciência constituída pelos princípios e preceitos religiosos católicos da importância que é ser filho de Deus.

No mesmo sentido, em (10), o verbo *deve* expressa uma obrigação moral interna de que todo cristão tem a obrigação de ser semelhante a Maria que soube unir sua vida a Deus (o que é ditado pelos preceitos religiosos) e o papel da Congregação Mariana, por sua vez, está em tornar esse cristão consciente de suas obrigações. Em suma essas ocorrências de uso do verbo *dever* com significação e função de obrigação tanto externa como interna chamam atenção por terem sido muito significativa no *corpus* analisado, em termos de percentuais, conforme mostrado no gráfico 4, anteriormente. Ainda os usos mostraram que estas obrigações estão associadas na maioria das vezes com as obrigações de um cristão, filho de Deus e de também das obrigações das pessoas que trabalham pela igreja. Apresentados os exemplos de ocorrências de expressões obrigação externa e interna, convém destacar que, em termos de expressões de modalidade epistêmica e deontica por meio do verbo *dever*, certamente a ocorrência da modalidade deontica foi significativamente maior, conforme ilustra o gráfico 5., a seguir.

Gráfico 5. Ocorrências das modalidades epistêmica e deontica expressas pelo verbo dever



Em síntese, no que tange as modalidades expressas pelo verbo *dever*, a modalidade deôntica foi a mais recorrente e de modo significativo em relação à ocorrência da modalidade epistêmica, sendo ainda a significação e função do verbo majoritária de obrigação e conduta para os cristãos e para os membros da igreja Católica-Ucraniana.

Considerações finais

Neste artigo procuramos investigar as modalidades epistêmica e deôntica expressas pelos verbos auxiliares modais *poder* e *dever* em texto religioso, especificamente, em uma revista da Igreja Católica-Ucraniana. Nessa perspectiva constatou-se que no *corpus* analisado predominaram as ocorrências do verbo *poder* com um percentual de 10% a mais que as ocorrências do verbo *dever*.

A análise mostrou que a modalidade epistêmica se aproxima em termos de ocorrência da modalidade deôntica no que tange ao verbo *poder*, sendo que a primeira corresponde ao percentual de 55% das ocorrências do verbo no texto e a segunda, ao percentual de 45% das ocorrências do verbo no texto. Quanto à significação e à função desse verbo na modalidade epistêmica, em sua maioria foi de possibilidade, no sentido do mais possível e na modalidade deôntica correspondeu ao permitido e não permitido e em uma proporção menor à capacidade e habilidade.



Já as ocorrências das modalidades epistêmica e deôntica se distanciam em termos de ocorrência quando expressas pelo verbo dever, tendo a primeira um percentual de 6% de ocorrência e a segunda de 94% de ocorrências, sendo significativamente maior o percentual da significação e função de obrigação para os membros que trabalham pela igreja Católica-Ucraniana e apenas uma ocorrência no sentido de probabilidade.

Obviamente para se chegar a essa categorização de interpretação das modalidades expressas por esses verbos polissêmicos, foi preciso considerar o contexto intra e extrassentencial bem como, a enunciação, o que foi possível pelos pressupostos teóricos adotados tanto do funcionalismo como dos estudos de modalidade.

Ainda esses resultados possibilitam apontar que essas modalidades evidenciadas neste *corpus* não estão isentas de intencionalidades argumentativas (CORACINI, 1991) e tencionam principalmente, para a produção de sentidos de obrigações e conduta para os membros dessa igreja.

Referências

ALVES, Rosângela Jovino. **Uma análise funcionalista da modalidade epistêmica e da evidencialidade em discursos políticos**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.

CERVONI, I. **A enunciação**. Trad. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989.

CORACINI, Maria José Rodrigues Faria. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ; Campinas: Pontes, 1991.

FURTADO DA CUNHA, M. A; COSTA, M. A; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M.A. et al. **Linguística Funcional: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 29-55.

ILARI, R.; BASSO, R.M. O verbo. In: ILARI, R.; NEVES, M.H.M. (Orgs.) **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**. v. II. Classes de Palavras e Processos de Construção. Campinas: Unicamp, 2008. p. 163-365.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 2ed. São Paulo: Cortez, 1987.



MARTELOTTA, Mário Eduardo; AREAS, Eduardo Kennedy. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M.A. et al. **Linguística Funcional: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 17-28.

NEVES, Maria Helena de Moura. A polissemia dos verbos modais. Ou: Falando de ambigüidade, **Alfa**, São Paulo, v. 44, 2000, p. 115-145. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4202/3813> Acesso em: 01 de março de 2013.



_____. Modalidade. In.: KOCH, I.V. (org.) **Gramática do português falado**. V.VI. 2 ed. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP/FAPESP, 2002.

_____. Imprimir marcas no enunciado. Ou: A modalização na linguagem. In: NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 150-219.

SEMECHECHEM, Jakeline Aparecida. **Letramento e identidades sociais em um município multilíngue no Paraná**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2010.